

PLANO DE GOVERNO ANANINDEUA
PREFEITO CHICÃO
PROPOSTAS DE AÇÃO 2013-2016

Ananindeua em primeiro lugar

Ananindeua é o espaço natural e social, onde pessoas vivem, trabalham, produzem, criam suas famílias e desenvolvem suas potencialidades e seus talentos.

Antes no interior, hoje é metropolitana; antes ignorada pelos poderes, hoje é foco de disputa pelo poder; antes cidade-dormitório, hoje é arena de vivências. Ananindeua de agora é uma cidade plena de virtudes e desafios.

Quando Helder Barbalho (PMDB) assumiu a prefeitura em primeiro de janeiro de 2005, esperava herdar um município e herdou uma cidade destruída, com dívidas em todas as áreas, salários em atraso e uma estrutura administrativa caótica. As ruas esburacadas exibiam a falta de planejamento, com a terra nua expondo a falta de drenagem, o mau uso do dinheiro enquanto o asfalto eleitoreiro se desfazia diante das chuvas.

Era preciso arrumar a casa, instalar equipamentos de assistência à saúde, colocar a educação para funcionar, levar saneamento aos bairros, recuperar áreas degradadas, combater a pobreza, restaurar as finanças, angariar fundos constitucionais para a cidade, recuperar a credibilidade do município para buscar verbas em Brasília, garantir a permanência e a atração de empresas, incentivar a construção civil para gerar empregos, preservar inteligências para atrair instituições de ensino. Enfim, um trabalho intenso que atravessou o primeiro e o segundo mandato de Helder Barbalho.

Quem vive em Ananindeua sabe que de 2005 até aqui muito foi feito pela reconstrução de Ananindeua, a partir da compreensão de que é dever do poder público garantir bens e serviços que garantam Saúde, Educação, Cultura, Infra-estrutura e levante a auto-estima da cidade.

Um dos resultados mais visíveis do abandono em que Ananindeua viveu até 2004 era a situação de pobreza absoluta em que vivia a maioria da nossa população, completamente desassistida. Não poderíamos aceitar que em nossa cidade ainda existissem pessoas morando em alojamentos, em condições subumanas.

Diante disso assumimos a responsabilidade de transformar a realidade e assegurar condições dignas de vida a todos. Sim, ainda não alcançamos essa meta em sua plenitude, mas temos orgulho de dizer que demos passos significativos em direção a ela. A inclusão social na qual nos empenhamos buscou dar conta dos aspectos sociais, econômicos, urbanos e políticos da vida na cidade. E isso só foi possível porque colocamos Ananindeua acima dos interesses particulares, acima dos interesses de grupos e indivíduos e assumimos o compromisso de colocar Ananindeua em primeiro lugar, de não abandonar nossos compromissos, de não deixar para trás os votos e anseios que nos conduziram até onde estamos.

Colocar Ananindeua em primeiro lugar é trabalhar dia após dia para garantir o acesso das pessoas ao atendimento à rede pública de Saúde, oferecendo serviços de qualidade e tratamento humano e respeitoso.

Colocar Ananindeua em primeiro lugar é trabalhar dia após dia para garantir o acesso à Educação pública de qualidade, o acesso à ciência, à tecnologia e às artes, contribuindo para que os futuros cidadãos desenvolvam suas habilidades e potencialidades.

Essa Ananindeua que estamos construindo desde 2005 quer ser acolhedora: é nela que convivemos com nossas famílias, nossos amigos, nossos vizinhos. É em Ananindeua que, independentemente de onde tenhamos nascido, nos sentimos aceitos, nos sentimos parte integrante de sua identidade e atuamos como construtores e participantes de seu desenvolvimento.

A Ananindeua que estamos construindo é inclusiva, porque busca assegurar acesso às políticas públicas para todos os seus moradores. E que respeita e valoriza as características do ser humano, suas opções e diferenças de raça, de gênero, de geração, de opção religiosa, de orientação sexual, de condições físicas ou mentais.

Ananindeua que construímos até aqui e que seguiremos construindo é espaço que propicia oportunidades e meios para sermos o que sonhamos e o que nossas habilidades e talentos nos permitam ser.

Uma cidade assim, acolhedora, inclusiva e de oportunidades – é a Ananindeua que estamos a construir e que virá, sempre, em primeiro lugar.

Chicão Melo, candidato a prefeito PMDB

SAÚDE

Ampliar o Programa Saúde da Família, priorizando os bairros de maior vulnerabilidade. Garantir a melhoria e a humanização do atendimento na rede de saúde pública, assegurando uma postura de atenção e cuidado que responda efetivamente à expectativa da população.

Atender à demanda gerada no município, dentro do princípio da universalidade, com atenção integral à saúde, de forma humanizada e com equidade.

Com apoio do Governo Federal, introduzir e/ou ampliar o conjuntos dos programas do Ministério da Saúde, tais como Programa Saúde da Família (PSF); Programa Brasil Sorridente; Programa de Atendimento Domiciliar (PAD); Programa de Internação Domiciliar (PID); Farmácia Popular,

SAMU (Serviço Móvel de Atendimento de Urgência); Hiperdia; CAPS (Centros de Atenção Psico-Social); Saúde do Idoso; Saúde da Mulher; entre outros.

Garantir o atendimento da demanda de partos no município.

Aperfeiçoar os serviços de pronto-atendimento, adequando-os à demanda das diferentes regiões, mantendo serviços 24 horas e compatíveis com as necessidades da população.

Aprimorar o fornecimento gratuito de medicamentos à população na rede de saúde ou em domicílio.

Ampliar o atendimento odontológico nas Unidades Básicas de Saúde.

Criar e reestruturar a Vigilância Sanitária, a partir de constatação das necessidades levantadas e realizar ações preditivas, preventivas e curativas.

Aprimorar os programas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso, do trabalhador, das pessoas com deficiência, DST/AIDS e de saúde mental.

Capacitar os servidores para o atendimento humanizado.

Propiciar a capacitação de profissionais nas áreas de geriatria, gerontologia e outras.

Ampliar o atendimento odontológico nas Unidades Básicas de Saúde.

Criar e reestruturar a Vigilância Sanitária, a partir de constatação das necessidades levantadas e realizar ações preditivas, preventivas e curativas.

Aprimorar os programas de atenção integral à saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso, do trabalhador, das pessoas com deficiência, DST/AIDS e de saúde mental.

Capacitar os servidores para o atendimento humanizado.

Propiciar a capacitação de profissionais nas áreas de geriatria, gerontologia e outras.

EDUCAÇÃO

Municipalizar o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries.

Eliminar o déficit de vagas na educação de 0 a 5 anos, atendendo plenamente a atual demanda.

Implantar o programa Rede de Desenvolvimento e Educação, articulando universidades e centros universitários para que criem projetos de pesquisa em nível de pós-graduação, com apoio das empresas, a serem desenvolvidos por professores da rede municipal de ensino junto às suas comunidades, possibilitando a elaboração de propostas para suas demandas e potencialidades locais.

Construir Centros Integrados de Educação e Lazer como espaços de convivência e desenvolvimento de programas educativos, sócio cultural e de lazer.

Efetivar a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal, seguindo as diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes, criando o ciclo de nove anos no Ensino Fundamental.

Estabelecer um padrão de qualidade na rede municipal de educação, de forma a garantir o bom atendimento a todos os alunos, sem restrição.

Reestruturar a proposta pedagógica voltada ao atendimento de jovens e adultos, organizando um currículo voltado ao mundo do trabalho e que considere as diversidades, especialmente quanto às questões de gênero, raça e geração, incluindo lazer e cultura no processo educacional.

Manter a oferta de vagas na rede municipal de ensino, com critérios de acesso democrático e transparente, promovendo a permanência dos alunos e desenvolvendo esforços pela ampliação gradual da oferta.

Aperfeiçoar a rede de ensino fundamental do município.

Aprimorar os programas de alfabetização de jovens e adultos.

Implantar programas do governo federal, como Brasil Alfabetizado e Pro Jovem, de modo que esses dialoguem com os novos programas municipais.

Aprimorar a política de entrega dos uniformes e materiais escolares, assegurando sua qualidade e prazos de entrega.

Aprimorar o transporte escolar para os alunos da rede municipal.

Promover o conhecimento científico, humanístico, artístico, tecnológico e o desenvolvimento de valores éticos.

Considerar a informática e as novas linguagens de comunicação, juntamente com a formação permanente e a valorização dos educadores, a reorientação curricular e os métodos de avaliação como aspectos indissociáveis do processo educacional.

Reorganizar as orientações para a construção do Plano Político Pedagógico, de modo que ele contemple as necessidades, especificidades e decisões das escolas.

Potencializar o papel da escola nas campanhas educativas sobre temáticas de segurança, do meio ambiente, de saúde, de trânsito e outras.

Reestruturar as ações para execução dos convênios, aprimorando o acompanhamento, a supervisão e qualificando a parceria com as entidades filantrópicas, inclusive igrejas, que atendem crianças de 0 a 5 anos.

Enfrentar os fatores de evasão escolar, especialmente dos alunos jovens e adultos.

Ampliar e qualificar os atuais projetos e programas em andamento: Bibliotecas Interativas, Laboratórios de Informática, Ateliê de Artes e Info-Rede.

Elaborar e implantar um plano de manutenção para os equipamentos da rede de educação, pensando num espaço que respeite as necessidades do brincar, de fantasiar e produzir conhecimento e pesquisa.

Adotar como fio condutor os princípios da Educação Inclusiva, Democrática e Solidária em todos os níveis e modalidades de ensino.

Aprimorar a formação permanente dos educadores, com troca de experiências entre eles.

Criar canais de comunicação e assegurar a execução de programas de elevação de escolaridade para os educadores.

Consolidar a capacitação dos educadores na utilização da informática e de outras linguagens de comunicação.

Garantir a inclusão das crianças com deficiência, assegurando acessibilidade, equipamentos e formação para os profissionais da rede municipal de ensino.

Implantar Programa “Educação para o Mundo do Trabalho”, dirigido aos adolescentes com idade entre 14 e 17 anos.

Em parcerias com as entidades sindicais, criar os Centros de Educação do Trabalhador, possibilitando o aumento da oferta de cursos profissionalizantes.

Fortalecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão nas instituições de 3º grau do município, tendo presentes as necessidades do desenvolvimento local e regional.

CULTURA

Investir na formação cultural, abrangendo as diversas linguagens artísticas, com atividades voltadas para diferentes grupos (adeptos do rock, do hip-hop, das histórias em quadrinhos e do RPG, das escolas de samba, entre outros), alcançando as comunidades das regiões periféricas da cidade.

Desenvolver um amplo programa de visitas monitoradas para os alunos da rede municipal ao Parque Ambiental da cidade.

Criar o Fundo Municipal de Cultura e criar os Editais de Cultura, objetivando maior participação dos produtores culturais da cidade.

Criar o Programa Teatro Vivo, destinado a incentivar e subsidiar a permanência de grupos teatrais de reconhecida importância na cidade.

Criar o Programa Municipal de Fomento às Artes em Ananindeua, que dará apoio a iniciativas nas linguagens teatral, musical, literária, coreográfica, plástica e das culturas populares tradicionais e contemporâneas.

Criar um programa permanente de apoio às comunidades das escolas de samba e de ação cultural voltada às manifestações carnavalescas.

Realizar censo cultural na cidade para identificar o que seus diversos atores culturais criam e produzem.

Promover a adesão e a incorporação do município ao Sistema Nacional de Cultura, grande rede de informação e articulação entre atores da área.

Participar do Plano Nacional do Livro e Leitura, cujo objetivo é promover o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas.

Criar Pontos de Cultura no município, com apoio do Ministério da Cultura.

Promover visitas dos alunos da rede municipal aos ateliês dos artistas da cidade e realizar oficinas no formato “ateliê aberto”.

Criar Concurso de Contos e Poesias e de História em Quadrinhos Original tendo como tema a cidade de Ananindeua e seus personagens.

ESPORTE E LAZER

Implantar o Projeto “Manhã Azul”, em parques e praças, promovendo oficinas e aulas das diferentes manifestações culturais e esportivas e construindo pistas para caminhada, playground, áreas para atividades corporais ao ar livre e formação da comunidade, além de quadras e campos esportivos.

Criar o projeto de lazer nos bairros, por meio de estrutura móvel (ônibus ou caminhão-baú), levando divertimento a todas as regiões da cidade, em especial as mais carentes e distantes.

Fortalecer as práticas esportivas na rede de escolas municipais, começando pela iniciação esportiva, passando pela disseminação do esporte em larga escala e em diferentes modalidades, até a descoberta de talentos para o esporte competitivo.

Assegurar o investimento no esporte de alto rendimento, potencializando parcerias com a iniciativa privada.

Valorizar as demais dimensões do esporte: amador (por meio das respectivas ligas, clubes e demais organizações), recreativo, paraolímpico e não-olímpico.

Valorizar o futebol de campo como espaço de convivência coletiva e democratizar o uso dos campos destinados à sua prática.

Criar a Copa Ananindeua de Futebol, estimulando a formação de clubes locais e o estímulo às divisões de base.

Desenvolver o Programa Escola Aberta para promover a abertura das escolas públicas nos fins de semana, realizando atividades como torneios esportivos, capoeira, dança de salão, oficinas culturais, videoteca e palestras de interesse da comunidade.

Assegurar a formação dos agentes sociais e dos servidores do Esporte e do Lazer, em parceria com os projetos sociais e universidades.

Implantar o Projeto de "Ananindeua de Bem com a Vida" para promover orientação e prática de atividades físicas, como caminhadas, recuperação de cardíacos, acompanhamento de hipertensos, entre outros.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Implantar o Restaurante Popular de Ananindeua, em parceria com o governo federal. Articular amplo Programa Integrado de Segurança Alimentar e Nutricional, articulando a política de segurança alimentar e nutricional com a política de inclusão social, a economia solidária e o desenvolvimento econômico.

Viabilizar a implantação de merenda diferenciada, no sentido de atender as necessidades nutricionais das crianças matriculadas nas escolas municipais das regiões mais carentes da cidade.

Implantar o Banco Municipal de Alimentos, com a captação de alimentos junto à rede de comercialização para distribuição à população carente.

Ampliar o acesso da população de baixa renda a alimentos de qualidade.

Ampliar o Programa de Hortas Comunitárias, com assistência técnica para as comunidades.

Estimular a constituição de associações de pequenos agricultores com fins produtivos e oferecer apoio técnico e logístico aos investimentos.

Ampliar e aprimorar o funcionamento de equipamentos públicos como mercado municipal e feiras-livres.

Estimular a criação de hortas nos espaços públicos com o objetivo de realizar atividades educativas para os alunos da rede municipal.

Criar o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e realizar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Promover cursos de capacitação no processamento de alimentos.

Promover uma ampla campanha de combate ao desperdício alimentar.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Criar um programa municipal que garanta a integração dos programas de transferência de renda federal, estadual e municipal para ampliar o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Estudar a criação do programa "Renda Maternidade", com ajuda em dinheiro para mães em situação de risco durante o período de amamentação de recém-nascido.

Estabelecer estratégias para a implantação do Sistema Único da Assistência Social.

Planejar as ações de assistência social, tendo como centro a família e a comunidade.

Atendimento prioritário das ações da Assistência Social aos beneficiários dos programas de transferência de renda, visando à emancipação das famílias.
Efetivar os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas).
Criar o Centro de Referência da Pessoa em Situação de Rua.
Estabelecer política social especial, em parceria com o governo federal, para a comunidade quilombolas.
Estabelecer diretrizes para prestação de serviços sócio-assistenciais, definir padrões de qualidade e programar mecanismos de controle e avaliação dos serviços das entidades parceiras da Prefeitura.
Aumentar a oferta de programas complementares, como microcrédito, capacitação profissional, alfabetização de adultos, cooperativismo e ações de educação, cultura, esporte e lazer para famílias em situação de vulnerabilidade social.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Promover ações integradas nas áreas da Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes, Lazer e Saúde, enfocando prioritariamente a prevenção e a atenção à família.
Promover articulações com o governo federal e o governo estadual, para aplicação de recursos financeiros na cidade, ampliando a oferta de serviços à criança, ao adolescente e às suas famílias.
Fortalecer e ampliar a capacidade de atendimento dos programas contra todas as formas de violência decorrentes de negligência, abuso, maus-tratos, exploração sexual e crueldade em relação à criança e ao adolescente.
Privilegiar atividades sócio-educativas em meio aberto para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com destaque para as ações voltadas à permanência e ao sucesso na escola.
Implantar no município o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com a participação de entidades que realizam o atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de abrigo, Conselhos de Direitos e Tutelares e Assistência Social.
Aderir ao Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fomento e apoio a planos, programas e projetos municipais/regionais de atendimento protetor à criança e ao adolescente vítima de violência e ao adolescente em conflito com a lei, em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

TERCEIRA IDADE

Ampliar as condições de utilização, pelos idosos, dos espaços existentes, com ofertas de serviços e atividades de convivência, incluindo o atendimento específico aos que estão em situação de vulnerabilidade.
Ampliar o programa Pontos de Encontro, sobretudo nos bairros com maior concentração de pessoas idosas.
Incentivar agências e operadores de turismo da cidade a promover atividades de lazer e turismo para a população idosa, em consonância com as iniciativas do governo federal.

Incentivar o setor privado e as ONGs a gerarem alternativas de moradia para pessoas idosas sem proteção familiar.

Incentivar a produção cultural e de lazer para as pessoas idosas.

Estimular as atividades das Universidades Abertas da Terceira Idade.

Promover a valorização da pessoa idosa e a conscientização familiar quanto às suas necessidades e direitos.

Implantar, por meio de parcerias, o Programa de Cuidadores de Pessoas Idosas.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Implantar políticas e programas desenvolvidos pelo governo federal de forma integrada às políticas e programas locais para pessoas com deficiência, descentralizando a oferta dos serviços.

Garantir o cumprimento da legislação voltada para pessoas com deficiência, pelo próprio poder público e pela iniciativa privada.

Estabelecer parcerias e convênios com entidades que tenham trabalho com este segmento.

Estimular o trabalho voluntário de assistência às pessoas com deficiência.

Assegurar o esporte para pessoas com deficiência nas diversas modalidades, como basquete, futebol de salão e atletismo, entre outras.

Desenvolver campanhas educativas sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Assegurar a acessibilidade das pessoas com deficiência iniciando a adaptação de calçadas e acessos a prédios públicos, o transporte especial, o acesso a órteses e próteses e a capacitação de familiares para a reabilitação baseada na comunidade, de acordo com o Decreto Federal 5296/04.

JUVENTUDE

Transformar as praças públicas em espaços destinados a ações esportivas e culturais, respeitando a diversidade das regiões da cidade.

Realizar parcerias com o terceiro setor para propagar ações juvenis nos diversos espaços e regiões da cidade.

Criar a Juventude Cidadã, por meio de adequação de cursos que atendam as reais necessidades dos jovens da cidade.

Criar o Conselho Municipal de Juventude, para formular diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais.

Implantar o projeto Pro Jovem, em parceria com o governo federal, visando ampliar o atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional, e trabalhando em três eixos: elevação escolar, qualificação profissional e ação comunitária.

Implantar o projeto Cultura Viva, em parceria com o governo federal, visando fortalecer as manifestações culturais e a produção audiovisual nas comunidades e nas escolas.

Implantar, em parceria com o governo federal, o Protejo - Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável, que visa à formação e a inclusão de jovens expostos à situação de violência doméstica ou urbana e jovens moradores de rua.

Implantar, em parceria com o governo federal, o projeto Reservista Cidadão, dirigido a jovens oriundos do serviço militar, para que exerçam papel de líderes comunitários voltados para a prevenção da violência.

Desenvolver na cidade o programa Juventude e Meio Ambiente, do governo federal, que visa à formação e o fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens.

Implantar o projeto Primeiro Emprego, em parceria com o governo federal, para oferecer qualificação sócio-profissional a jovens de 16 a 24 anos, desempregados, com renda mensal per capita de até meio salário mínimo.

Promover campanhas informativas sobre sexualidade e drogadição.

Garantir atendimento adequado e diferenciado aos jovens em situação de drogadição e às suas famílias, para que sejam tratados como dependentes químicos sujeitos de direitos.

TRANSPORTE E TRÂNSITO

Implantar a integração tarifária e o bilhete único.

Estudar a implantação de terminais de transporte coletivo, ligando as diversas regiões da cidade sem necessariamente passar pelo Centro.

Atuar para garantir extensão do BRT metropolitano para Ananindeua.

Reestruturar a rede de linhas de transporte coletivo, visando maior racionalização e eficiência.

Articular a integração física, operacional e tarifária do transporte coletivo urbano com o transporte público metropolitano.

Negociar a implantação de novas linhas intermunicipais ligando os principais centros de bairro da cidade à Capital e outras cidades da região.

Assegurar a ampliação da frota de ônibus em operação, visando melhorar a qualidade do atendimento e a adequação da oferta de ônibus à demanda, em especial nos horários de pico.

Discutir com as empresas a climatização dos ônibus que circulam na cidade.

Desenvolver treinamento permanente para os trabalhadores que operam no transporte coletivo, visando a excelência no atendimento da população usuária.

Melhorar as condições de conforto e de informação aos usuários nos pontos de embarque e desembarque.

Estudar e viabilizar soluções para melhorar as condições de acessibilidade dos moradores das várias regiões das ilhas ao centro urbano.

Aperfeiçoar o serviço de atendimento aos usuários de transporte coletivo.

Instalar sistema eletrônico de monitoramento para efetivo controle operacional da frota do transporte coletivo.

Implantar, de forma gradativa, o uso de combustíveis limpos na frota de ônibus do município.

Concentrar esforços para o barateamento da tarifa.

Formar a Câmara de Transporte e Trânsito, envolvendo poder público, população e indústria automobilística, visando à elaboração de soluções e iniciativas de melhorias na área.

Aprimorar os serviços de táxi, de transporte de escolares e de fretamento.

Aprimorar a elaboração das estatísticas de acidentes de trânsito, visando à identificação dos locais de maior incidência de acidentes para orientar as intervenções de engenharia, fiscalização, operação e educação de trânsito.

Iniciar a implantação de ciclofaixas e ciclovias.

Aprimorar e intensificar os serviços de manutenção e implantar sinalização viária horizontal, vertical e semafórica.

Aprimorar programa permanente de educação para o trânsito voltado para crianças em idade escolar e para adultos em geral, ou seja, pedestres, condutores e passageiros.

Criar e implantar programa de segurança para o pedestre, inclusive no entorno das escolas.

Ampliar o sistema eletrônico de controle operacional, constituído por central semafórica inteligente, monitoramento por câmeras e painéis de mensagens variáveis.

Zelar para que projetos de empreendimentos considerados geradores de tráfego contenham medidas para reduzir os impactos na circulação viária.

Preparar a cidade para os impactos do BRT e implantar ações necessárias para minimizar seus efeitos negativos no trânsito.

HABITAÇÃO

Enfrentar e reduzir o déficit habitacional, buscando diferentes linhas de financiamento e ações de parcerias.

Promover a regularização fundiária das áreas já ocupadas.

Elaborar o Plano Municipal de Eliminação das Áreas de Risco.

Elaborar o Plano Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, que deverá definir ações de curto, médio e longo prazo, por meio da participação cidadã, com atenção especial para as áreas de assentamentos subnormais, de mananciais e para as áreas conurbadas.

Elaborar legislação específica para produção de habitação social, estabelecendo condições de licenciamento e parâmetros urbanísticos e edifícios especiais para estimular sua produção.

Criar o Sistema Municipal de Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Criar as condições para que o município possa aderir de forma plena ao Sistema Nacional de Habitação.

Apoiar o Fundo Municipal da Habitação, promovendo o investimento coordenado dos recursos da área.

Garantir prioritariamente o acesso da população com renda de até três salários mínimos aos programas habitacionais.

Elaborar critérios para o atendimento habitacional, priorizando as demandas. Os programas deverão incentivar a diversidade social, combinar soluções habitacionais com ações qualificadas de geração de renda e estimular a reforma de prédios vazios.

Melhorar a qualidade do ambiente urbano e implantar uma política habitacional compatível com as políticas de gestão e de saneamento ambiental, em especial em áreas de risco e de preservação ambiental, como os mananciais.

Promover a urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental de assentamentos precários.

Produzir novas moradias, por meio de mutirão associativo, financiamento de habitação de interesse social (HIS) e parceria empresarial, entre outros.

Apoiar a autoconstrução na reforma e ampliação de moradias, melhorando as condições de habitabilidade da população.

Estudar a viabilidade da criação do programa de aluguel social para garantir o acesso da população às condições dignas de moradia.

POLÍTICA URBANA

Criar subprefeituras, equipadas com pessoal e maquinário necessário para pequenas obras de manutenção, ajudando na redução da demanda de obras maiores que são resultantes de zeladoria deficiente.

Fazer um agressivo programa de saneamento, esgotamento e pavimentação de vias.

Criar o projeto Mutirão Cidadão, para pavimentar vias de pequeno porte em parceria com os moradores, utilizando material alternativo, como bloquetes de concreto ou barro compactado, feitos no próprio local.

Promover a revitalização urbanística, econômica e cultural dos centros de bairros.

Implantar política de controle de poluição visual na cidade, negociando com a iniciativa privada novos formatos para publicidade ao ar livre e prazos para adaptação. Esta política buscará uma valorização da paisagem urbana e também uma melhor organização do mercado publicitário, eliminando a competição predatória por espaços livres que só degrada a qualidade do cenário urbano.

Priorizar a execução de obras viárias que façam a ligação entre bairros, reduzindo o tráfego no Centro da cidade e incentivando o uso do transporte coletivo.

Criar o Programa Ananindeua Bem Cuidada, priorizando o planejamento integrado dos trabalhos de manutenção da cidade, como capina, limpeza de bueiros, poda de árvores, pintura de guias, sinalização, desratização e iluminação, garantido uma cidade limpa e bem-cuidada.

Implantar parques e praças na periferia, dotando-os de segurança e descentralizando as práticas de cultura, esporte e lazer promovidas pela Prefeitura.

Aperfeiçoar e ampliar o sistema de coleta seletiva, coleta de resíduos e limpeza urbana. Realizar a arborização e o ajardinamento dos espaços públicos e orientar sua adequada conservação.

Melhorar as condições de acessibilidade nas calçadas e passeios públicos.

Promover a revisão do Plano Diretor, buscando compatibilizar a ocupação do solo urbano com diretrizes que assegurem o desenvolvimento sustentável, e rever a legislação complementar já aprovada, visando sua simplificação.

Elaborar, debater e negociar a legislação complementar ao Plano Diretor, especialmente as normas relativas às Operações Urbanas Consorciadas.

Elaborar e aplicar a Lei das Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social) para viabilizar a urbanização e a regularização de assentamentos precários e loteamentos irregulares.
Elaborar legislação complementar para o Centro da cidade e centros de bairros, objetivando fomentar o comércio e estimular o uso residencial.
Implantar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), garantindo que sua composição represente os vários segmentos da sociedade.

SEGURANÇA

Rever o atual estatuto da Guarda Municipal e adequá-lo às necessidades de uma guarda civil, de forma a estimular seus componentes a agirem de forma preventiva e socialmente motivada.
Ampliar o efetivo da Guarda Municipal e municiá-la com armas não letais para garantir a manutenção de espaços públicos.
Capacitar e especializar setores da Guarda para atendimento em escolas, fortalecendo a ronda escolar e a ação nos parques.
Manter atualizada a estrutura da Guarda Civil Municipal, com a compra programada dos instrumentos e equipamentos necessários para a adequada prestação de serviços.
Implantar os serviços internos de acompanhamento psicológico e de assistência social e ampliar o programa de capacitação permanente, com o objetivo de melhorar o desempenho físico e mental dos servidores da Guarda Municipal.
Criar a Corregedoria da Guarda Municipal.
Tornar realidade o Gabinete de Gestão Integrado Municipal (GGIM), implantando programas de segurança social voltados para a prevenção da criminalidade e a cultura da paz. Cabe ao GGIM articular as diferentes esferas de governo em ações de segurança no município.
Implantar um amplo sistema de monitoramento remoto das principais vias e equipamentos públicos, por meio de câmeras de vídeo, para prevenir e inibir a violência urbana.
Elaborar o Plano Municipal de Segurança, com participação de representantes dos diversos segmentos da sociedade, assim como entidades e órgãos públicos ligados à segurança pública.
Criar o Observatório da Criminalidade no município, sob a direção do Gabinete do Prefeito, e manter atualizado sistematicamente o Mapa da Criminalidade como pré-condição para estabelecer as ações gerais ou localizadas de prevenção.
Efetivar o convênio com o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), do Ministério da Justiça, visando implantar projetos que articulem políticas de segurança e ações sociais preventivas e direcionadas prioritariamente às causas da violência.
Implantar o projeto Mulheres da Paz, que capacita mulheres que atuam em locais de maior risco de criminalidade, visando à reintegração de crianças e adolescentes com maior grau de vulnerabilidade.

Implantar o projeto Mediação de Conflitos, que visa capacitar e profissionalizar agentes para criar nas comunidades equipes de Mediação de Conflitos que façam diagnósticos e atuem na prevenção, facilitando o diálogo entre possíveis protagonistas de conflitos.

Implantar o projeto Círculo de Justiça Restaurativa, que busca criar equipes especializadas em capacitar a própria comunidade a restabelecer a convivência social adequada, minimizando os efeitos negativos após a ocorrência de um crime em seu espaço de atuação.

Implantar o projeto Ananindeua Legal, criando comissão composta por agentes da Guarda Municipal e fiscais das áreas de Tributos Mobiliários e Imobiliários, Higiene e Saúde, Postura e Abastecimento, com o sentido de orientar os donos de bares a cumprir as normas de funcionamento e assim prevenir situações de violência.

Realizar campanhas sistemáticas de desarmamento geral da população, em particular, o público juvenil, com base na Medida Provisória 417, que ampliou indefinidamente o prazo para o desarmamento mediante indenização.

Manter programa de apoio ao jovem dependente químico e atuar com rigor visando o cumprimento do Estatuto da Criança e Adolescente na proibição de venda de bebidas alcoólicas, armas e outros produtos para menores de 18 anos.

Atuar pelo desarmamento infantil, incentivando a troca de armas de brinquedo por revistas em quadrinhos.

Atuar de forma integrada com os Conselhos Tutelares, resguardando as competências legais de cada órgão.

Criar o programa Vizinhança Solidária, com o objetivo de prevenir os atos de desrespeito à convivência, procurando gerar coletivamente nas comunidades um código de conduta.

Implantar o monitoramento por câmeras nas escolas e equipamentos da Prefeitura.

GESTÃO AMBIENTAL

Elaborar e colocar em execução a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental.

Revisar o Plano Diretor do município para adequação à Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental.

Criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Implantar o Fundo Municipal de Meio Ambiente para recebimento e alocação de recursos provenientes de multas, impostos e outros a serem utilizados em ações de proteção e conservação ambientais.

Implantar o Sistema de Gestão Ambiental Municipal em conformidade e integrado ao Sistema Nacional de Meio Ambiente e ao sistema estadual.

Implantar o Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental, oferecendo respostas mais rápidas ao empreendedor.

Intensificar ações de fiscalização ambiental integrada aos demais órgãos ambientais.

Implantar sistema de controle com ênfase na prevenção de eventos críticos de poluição, fixando, inclusive, metas de redução.

Criar sistema de monitoramento de áreas de risco, articulado com a Defesa Civil, e executar as obras prioritárias.

Estabelecer meios de redução de passivo ambiental, em parceria com os responsáveis, identificando e caracterizando as áreas contaminadas do município, bem como propondo soluções e intervenções adequadas a cada caso.

Reforçar as medidas mitigadoras e compensatórias para usos e ocupações do solo e atividades com potencial de impacto à saúde humana e/ou ambiental.

Oferecer orientação gratuita à população para orientação sobre os procedimentos e legislações ambientais, assim como em ações de defesa dos cidadãos prejudicados por danos ou passivos ambientais.

Implantar, fortalecer e ampliar ações integradas de educação ambiental, envolvendo os diversos setores na mobilização da população para a resolução de problemas locais e regionais.

Criar a Rota de Ecoturismo nas Ilhas de Ananindeua.

Promover a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino.

ÁGUA, DRENAGEM E RESÍDUOS SÓLIDOS

Retomar o planejamento e a fiscalização dos serviços de água e esgoto.

Estudar a criação de Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Ananindeua.

Trabalhar para ampliação e diversificação da cobertura das redes de abastecimento de água e do esgotamento sanitário no município.

Elaborar e colocar em prática o Plano Diretor de Água e Esgoto.

Intensificar as ações de fiscalização para eliminar o despejo de esgotos em redes de águas pluviais e de águas pluviais em redes de esgotos, visando minimizar o retorno dos dejetos em períodos de chuva e a poluição de galerias e córregos.

Elaborar e colocar em prática o Plano Setorial de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento, as soluções necessárias e a priorização de ações e obras.

Executar obras de drenagem, desenvolvendo projetos de recuperação de APPs (Áreas de Preservação Permanente) e definindo padrões de ocupação do solo que permitam aumentar sua permeabilidade.

Garantir o cumprimento dos cronogramas de manutenção, limpeza de margens e desassoreamento de córregos, bem como a limpeza das bocas-de-lobo.

Manter a gestão junto ao governo do Estado, buscando a implantação de sistemas que minimizem os problemas de inundação do município.

Estudar a criação de usina verde para incineração de lixo com produção de energia.

Implantar sistemas para controle e monitoramento de inundações.

Intensificar a captação de recursos destinados à expansão e melhoria do sistema de drenagem.

Estimular as práticas de redução, triagem, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, bem como a organização do mercado de recicláveis e o fomento à geração de emprego e renda, estimulando a organização de associações comunitárias e cooperativas de catadores.

MEIO AMBIENTE E ÁREA DE MANANCIAIS

Preservar as áreas de mananciais, compatibilizando o uso econômico e social com a recuperação do passivo ambiental.

Prover e/ou melhorar a infra-estrutura e os serviços nas áreas de mananciais sem afetar a sustentabilidade ambiental.

Garantir a realização de obras de saneamento ambiental em áreas de mananciais, selecionando tecnologias compatíveis com a sua preservação e conservação.

Realizar a regularização fundiária de loteamentos em áreas de mananciais, envolvendo os moradores na área, e intensificar as ações de fiscalização, planejamento e educação ambientais, visando o controle de ocupação e atividades destas áreas.

Criar e implantar unidades de conservação municipais e seus respectivos planos de manejo, consolidando a proteção dessas áreas.

Recuperar ambientalmente assentamentos precários localizados em APPs (Áreas de Preservação Permanente).

Buscar parcerias com as demais esferas de governo para desenvolver projetos para recuperação da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais, tais como obras de saneamento, atividades de lazer e educação ambiental e iniciativas econômicas não impactantes e compatíveis com a conservação ambiental da área, como ecoturismo e produção vegetal.

Evitar a ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis como APPs (Áreas de Preservação Permanente) e APRM (Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais) por meio do aprimoramento do sistema de fiscalização e controle municipal.

Elaborar mecanismos e estratégias de despoluição e recuperação de solo, água e ar.

Estimular e apoiar parcerias e iniciativas próprias da comunidade para a requalificação ambiental de áreas públicas e privadas, incentivando a prática da conservação.

Manter presença ativa na Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a fim de garantir o recebimento da compensação devida aos municípios.

Garantir o repasse estadual de recursos provenientes de compensações ambientais, como o ICMS ecológico devido ao município, e sua conseqüente aplicação em projetos ambientais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Criar o Poupa-Tempo do Empreendedor, capaz de dar respostas às demandas de instalação de novas empresas ou de ampliação das já existentes, de modo a reduzir o custo de fazer negócios em Ananindeua.

Instituir um Programa de Incentivo à Logística Integrada, cujo objetivo é a distribuição e a transferência de cargas para a Região Metropolitana e outras localidades.

Instituir um Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento das cadeias de óleo e gás, da indústria gráfica, e da indústria moveleira, entre outras cadeias correspondentes às vocações econômicas do município.

Estimular a modernização industrial, favorecendo a ocupação de terrenos e prédios ociosos ou abandonados, visando à expansão do parque industrial com a preservação da qualidade ambiental do município.

Criar a Cidade Digital, oferecendo acesso gratuito de banda larga à internet, com disponibilização de um pacote mínimo de serviços para toda a cidade.

Implantar uma rede de telecentros públicos voltados para a inclusão digital, especialmente da juventude.

Criar programa de estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, apoiando as pequenas e médias empresas e sua relação com as universidades.

Em parceria com o governo federal, dar prioridade para as ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no município.

Centralizar as ações voltadas para o desenvolvimento local sustentável e solidário, criando a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários, para estimular empreendimentos embrionários e o Banco da Gente, volta ao microcrédito.

Criar programa de estímulo à instalação de condomínios empresariais, visando à redução de custos e, conseqüentemente, atraindo novas indústrias e potencializando o parque local.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Ampliar a política de microcrédito para pequenos empreendedores, por meio do Banco da Gente.

Consolidar o Programa de Incubadora de Cooperativas.

Estimular o desenvolvimento da prática do cooperativismo.

Apoiar as pequenas e médias empresas, favorecendo sua competitividade no mercado.

Estimular as iniciativas associativas, por meio de grupos de produção, comercialização, compras compartilhadas, cadeias produtivas, associações e cooperativas nos diversos setores da economia.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Criar o Fórum Municipal de Economia Solidária.

Organizar o comércio informal de ambulantes.

Estimular o intercâmbio entre os empreendedores, para criarem uma rede de economia com o objetivo de divulgar e comercializar seus produtos e serviços.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Realizar o planejamento de médio e longo prazo, com participação da sociedade, tendo como perspectiva: “Ananindeua 2020 – a cidade que queremos”.

Implantar o Projeto Participação Cidadã, que prevê consulta popular para a decisão de prioridades nas obras e serviços.

Implantar o projeto Gabinete Aberto, por meio do qual o prefeito vai realizar audiências públicas nas quais pessoas ou grupos possam apresentar, propor e discutir temas.

Instituir novos canais de participação cidadã.

Democratizar a elaboração do Orçamento Municipal, promovendo a participação da sociedade local no planejamento, no acompanhamento e na fiscalização da execução orçamentária.

Consolidar os canais de participação, como os conselhos gestores de unidades ou de políticas públicas, no intuito de ampliar os espaços de decisão.

Promover a articulação entre os diversos canais de participação cidadã, na esfera municipal, estadual ou federal.

Desenvolver processos de formação continuada para conselheiro, conselheiras e lideranças comunitárias, objetivando acesso à informação sobre o funcionamento do poder público e das especificidades da administração municipal.

Implantar experiências de mutirão como forma de qualificação e apropriação dos espaços públicos.

Desenvolver ações de participação cidadã no conjunto do governo.

Estimular a participação das crianças e dos jovens no desenvolvimento da gestão e nas decisões que lhes dizem respeito, estimulando o seu protagonismo e fortalecendo sua consciência de cidadania.

Implantar o PCCA - Participação Cidadã da Criança e do Adolescente, possibilitando o acompanhamento das ações do município voltadas para esse público.

ANANINDEUA DE TODAS AS CRENÇAS

Criar e manter canais de diálogo permanente com a comunidade religiosa.

Construir uma pauta de ações e serviços por meio dos quais as comunidades religiosas possam contribuir para a coletividade, em parceria com a administração municipal.

Estabelecer uma política de cessão de equipamentos disponíveis na Prefeitura para realização de eventos ou celebrações da comunidade religiosa.

Apoiar e promover fóruns, debates e eventos que fomentem a religiosidade na cidade e na região, respeitando a diversidade de orientação religiosa e a separação igreja-Estado.

Aproveitar melhor a atuação social das comunidades religiosas, articulando-a com a estrutura de atendimento social da administração.